AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS: OPINIÕES EM COMUNIDADES DO ORKUT

*Hamilton de Godoy Wielewicki
Marlize Rubin Oliveira*

RESUMO

O debate sobre as ações afirmativas tem despertado crescente interesse na universidade. Entretanto, para além do que se discute nos fóruns formais institucionais, há outros espaços de discussão pública que merecem análise mais detida, dentre as quais podemos situar as comunidades virtuais da internet. Baseado nesta premissa, o presente trabalho visa a discutir a questão das ações afirmativas e sua implementação na UFRGS, a partir do debate estabelecido em comunidades do Orkut organizadas em torno da temática. Os resultados sugerem que tal debate tende a elencar argumentos nem sempre presentes na discussão institucional formal, embora com provável impacto na formação da opinião pública. De mesmo modo argumenta-se pela importância de manter canais para o debate amplo de questões que, tais como as ações afirmativas, implicam alta complexidade e, presumivelmente, posições nem sempre convergentes.

PALAVRAS-CHAVE

Ações afirmativas; Universidade; Políticas

AFFIRMATIVE ACTIONS AT UFRGS: OPINIONS IN ORKUT COMMUNITIES**ABSTRACT**

The affirmative action debate has raised increasing interest within the university. However, besides whatever is discussed in the formal institutional forums, there are other spaces of public debate deserving more detailed analysis. Among which the ones taking place in virtual communities over the internet. Based on that assumption, this paper aims at discussing the issue of affirmative actions and their implementation at UFRGS, taking into account the debate withinh Orkut communities organized around that issue. The results suggest that the debate tends to incorporate arguments not always present withinh the formnal institutional discussion, although with a likely impact upon public opinion. Likewise, we argue for the importance of keeping room for a comprehensive debate of issues that, similarly to affirmative actions, imply high complexity and, argueably, standpoints not always converging.

KEYWORDS

Affirmative actions; University; Policies

INTRODUÇÃO

Pesquisas e estudos sobre a universidade são por natureza multifacetadas e implicam múltiplos olhares. Nesse processo redes de pesquisa tais como o Grupo de Estudo Sobre Universidade Pesquisa e Inovação Rede Geu Ipesq¹ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem se ocupado de questões que vão desde a perspectiva internacional sobre educação superior até aspectos que dizem respeito ao cotidiano das instituições deste nível de ensino e suas implicações no âmbito da sociedade. Dentre suas temáticas de pesquisa, encontram-se questões relativas a ações afirmativas na universidade², objeto do presente texto.

Para situar a questão, pode-se dizer que há razoável consenso, independentemente do ponto de vista, de que o Brasil é um país marcado pela desigualdade, quer entre as distintas regiões do país ou entre classes sociais. Estudos sobre a população brasileira dão conta, entretanto, que desigualdade econômica e origem étnica têm parâmetros convergentes, especialmente no que diz respeito à população negra ou afro-descendente. Dito de outra forma, as distorções e iniquidades constituídas e perpetuadas ao longo da história do país dão ao mapa da exclusão social uma cara e uma cor: o Brasil pobre e excluído é notadamente negro e tais distorções não parecem – em que pese discretos incrementos – dar sinais consistentes de reversão.

Assim, tendo em vista a necessidade de criar condições para a reversão das tendências de exclusão e opressão social, é fundamental pensar em medidas de impacto estrutural e, nesse sentido, a educação figura – ao mesmo tempo – como categoria prototípica do retrato da exclusão social da população negra e como elemento central na formulação de políticas com capacidade de impactar os mecanismos perpetuadores da desigualdade.

Em que pese, portanto, a importância, a relevância e a urgência do debate sobre ações de enfrentamento à desigualdade e à exclusão social, especialmente sob a forma de políticas de ações afirmativas, o desenrolar de tal debate tem revelado, entretanto, pontos de alta complexidade e dificuldade.

1 Importa ressaltar que em 2008 o GEU-IPesq/UFRGS, atualmente sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco, completa 20 anos de existência dedicados a estudos e pesquisas sobre universidade.

2 Destaca-se, nessa vertente, o trabalho de pesquisa da Prof. Dra. Arabela Campos Oliven, atuante no PPGEDU-UFRGS e também membro do GEU-Ipesq. Parte substancial do presente trabalho tem relação com as discussões e tematizações feitas nos seminários “Representações cinematográficas de escolas: um olhar sociológico” e “Ações afirmativas na Universidade”, oferecidos no PPGEDU em 2006 e 2007, respectivamente.

Este estudo se insere nesta complexidade, com o objetivo de, a partir de uma análise empírica, apontar alguns indícios de argumentos que nem sempre se situam no plano da discussão formal e pública, mas que, de algum modo, ocupam espaço no âmbito do senso comum.

A criação e adoção de um sistema de cotas – uma das formas possíveis para políticas de ação afirmativa – na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo como base a reserva de 15% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas e 15% para alunos que, além de virem de escolas públicas, se autodeclarem negros, é um exemplo da polêmica gerada em torno da questão³.

Mesmo considerando que os argumentos favoráveis à implantação de um sistema de cotas na UFRGS tenham sido exitosos na esfera formal da Instituição, ou seja, no Conselho Universitário, há um temor sobre eventuais reações negativas na comunidade universitária e, nesse sentido, o objetivo da análise aqui proposta é explorar a questão a partir de um espaço formador de opinião, embora não adscrito à lógica institucional: o site de relacionamentos Orkut⁴.

A escolha dessa abordagem está relacionada ao fato de que as comunidades do Orkut têm sido apontadas como espaços nos quais há relativa liberdade de expressão, o que permitiria visualizar argumentos que nem sempre evidenciam – inclusive por restrições auto-impostas – sua extensão e ramificações. Além disso, a própria noção de comunidade implica reconhecer relações identitárias entre as participações, bem como as tensões e movimentos internos a tais comunidades. Trata-se, portanto, de buscar uma compreensão da dimensão coletiva e compartilhada das opiniões sobre as cotas na UFRGS.

Para começar, então, talvez seja útil reportar ao conceito de comunidades discursivas, aludido por John Swales (1990). Para aquele autor, uma comunidade discursiva: 1) tem um conjunto amplamente aceito de objetivos públicos em comum; 2) dispõe de mecanismos de intercomunicação entre seus membros; 3) usa seus mecanismos participativos para dar

3 De acordo com a Decisão 134/2007, do Conselho Universitário da UFRGS, que institui o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas.

4 Tal recurso, disponível na Internet (<http://www.orkut.com>), permite que se possam constituir redes de relacionamento, freqüentemente informais, a partir de mecanismos que facilitam a identificação de interesses comuns.

informação e feedback; 4) utiliza – e portanto possui – um ou mais gêneros para a enunciação comunicativa de suas metas; 5) adquire algum léxico específico (terminologia especializada, acrônimos); e 6) tem um nível limiar de membros com um grau adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva.

Se tomarmos tal conceito como parâmetro para analisar as comunidades do Orkut, nos depararíamos com a constatação de que, além de terem as características observáveis em comunidades discursivas, elas também presumem um certo nível de conhecimento e de pertença e, que – salientamos a importância – podem também funcionar como canais formadores de opinião. Resta saber, então, como se portam as comunidades que tratam da questão das cotas na UFRGS.

A metodologia de estudo que se mostrou mais adequada para a consecução dos objetivos propostos foi a análise documental. Assim, como critério de organização e seleção foram escolhidas as comunidades que contivessem em sua designação, os termos “cotas” e “UFRGS”. Com isso, a intenção era selecionar comunidades que tivessem a questão das cotas na UFRGS na centralidade de suas atenções. O resultado de tal busca retornou dados de quatro comunidades, embora a temática aparentemente possa ser objeto de atenção em outras, organizadas, por exemplo, a partir de noções de pertença a grupos, turmas ou cursos da Instituição. É importante frisar ainda que a escolha analítica tem relação com duas questões principais. Em primeiro lugar, as comunidades do Orkut são espaços públicos de expressão, que funcionam como aglutinadores de interesses e como formadores de opinião, mas nem por isso suficientemente estudados. Em segundo lugar, por serem instâncias informais, muitos dos argumentos ali utilizados podem expressar idéias – tanto no teor, quanto na forma – muitas vezes ausentes das esferas públicas formais como, por exemplo, as instâncias decisórias da universidade. Assim, a análise das comunidades permitiria, ao menos hipoteticamente, enxergar mais nitidamente abaixo da linha da superfície dos argumentos freqüentemente trazidos em instâncias que requerem um maior nível de formalidade.

Assim, o texto está organizado em quatro partes. Na contextualização, procuramos situar o contexto mais amplo no qual a questão das ações afirmativas se insere. Em seguida, é feita a discussão sobre políticas de ações afirmativas e de cidadania. A partir de tal discussão, é feita uma análise de como se configura o posicionamento sobre as cotas nas comunidades do Orkut selecionadas. Por fim, procuramos traçar algumas conclusões sobre a questão das cotas na UFRGS, indicando a necessidade de manter um espaço de contínuo debate e acompanhamento sobre a temática.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Inúmeros são os fatores que tornam complexa a análise e compreensão das políticas de ações afirmativas, bem como, as diversas opiniões delas emanadas. Dentro dessa complexidade, é importante ressaltar que o contexto no qual elas se inserem é de profundas desigualdades. Esse contexto desigual foi historicamente consolidado a partir de uma lógica, ou utilizando-se da expressão de Santos (2006) de uma racionalidade hegemônica que tem no homem branco e na Europa seu padrão civilizatório.

Para Lander (2005) existe uma extraordinária continuidade entre as diferentes formas através das quais os conhecimentos dos países centrais legitimaram a missão civilizadora ou normatizadora a partir das deficiências – desvios em relação ao padrão normal civilizado – de outras sociedades. Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o *fardo* do homem branco, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustentáculo a concepção de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal. Além disso, o autor menciona que a busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno, exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade prevalente. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social.

Outro aspecto importante a considerar da complexidade da questão que se busca analisar está relacionado com tal contingente populacional. A juventude brasileira supera – em número e em complexidade – a população de muitas nações do mundo. Ainda assim, sob muitos aspectos, este contingente carece de políticas públicas que sejam capazes de reverter tendências de exclusão, de violência e de desigualdade, especialmente quando se considera uma análise que leve em conta a origem étnica e social, ou ainda relações de gênero. Dito de outra forma, dentre as inúmeras ‘juventudes’ brasileiras, é possível dizer que os jovens e as jovens negras que habitam as áreas e regiões pobres do país padecem historicamente daquilo que Soares (2004: p.132) denomina de invisibilidade social. Para esses seres “socialmente invisíveis”, a escola – um espaço de reprodução da realidade social – não se mostra relevante, quer sob uma perspectiva individual, particular, quer sob o ponto de vista de sua existência em grupos sociais.

Nesse sentido, é importante compreender que as opiniões e manifestações sobre as políticas de ações afirmativas, encontram-se no bojo de uma racionalidade que tem na sua gênese um modelo de civilização e tudo o que isso compreende. E além disso, estamos tratando de um grupo com características muito complexas, principalmente pela diversidade e conformação social, diferente em grande parte de outros países, inclusive da América do Sul. Assim, essas duas dimensões – a lógica dominante e o contingente populacional - permearam todo o processo de análise aqui proposto, em que pese não serem foco específico de análise.

No que tange a tal contingente populacional, há que se registrar, por exemplo, que entre os jovens negros são apontadas as mais baixas taxas de atividade econômica na sociedade, aliadas às mais altas taxas de desemprego, que oscilam entre 17 e 23% para jovens negros entre 15 e 18 anos, contrastando com um índice de 8% para a população total (Abramo e Branco, 2005) Esses dados permitem inferir que um menor ingresso no mercado formal de trabalho abre margem para a atração para a informalidade ou, pior, para atividades que inclusive colidem com a legalidade.

Para além de uma inferência, há indícios concretos que a criminalidade tem sido um caminho de vida ou atravessado na vida de jovens, ao ponto de Soares (2004: p.130) falar em uma situação de genocídio. Para corroborar essa compreensão, o autor alude ao fato de que jovens pobres e negros de 15 a 24 anos são as maiores vítimas dos cerca de 45.000 assassinatos por ano no Brasil, uma condição que já implica um déficit demográfico nessa faixa que é comparável ao de sociedades em guerra, como por exemplo, na Bósnia dos anos 1990. Essa guerra, não claramente declarada, tem um caráter fratricida e autofágico e, para piorar a situação, parcelas consideráveis da população sequer têm noção de sua existência.

Além de sua versão física explícita, há formas menos perceptíveis de violência e, nesse sentido, “[u]m jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível” (Soares, 2004: p.132), um conceito que deriva essencialmente do preconceito ou da indiferença e que se consubstancia na projeção de um estigma social que equaliza origem étnica e social com violência, sem levar em conta as causas estruturais de reprodução das desigualdades e da violência. Assim, numa relação perversamente contínua e retro-alimentada o “preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente” (p. 133).

Essa “invisibilidade” torna o processo de formação de identidade para jovens oriundos de classes populares ainda mais penoso do que seria para jovens oriundos, por exemplo, da classe média ou da elite (p. 137). Nesse universo, conforme alerta Soares (op.cit.: p. 137) as “referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas” e se empreende um esforço paradoxal que, de um lado aponta para a necessidade de ser diferente e, de outro, compele a um desejo de igualdade, de pertencimento a um grupo. Ocorre, entretanto, que a noção de identidade implica reconhecimento e auto-reconhecimento, partindo-se da premissa que

A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros.[...] Construir uma identidade é necessariamente um processo social, interativo, de que participa uma coletividade e se dá no âmbito de uma cultura e no contexto de um determinado momento histórico” (Soares, 2004: p.137)

A questão que se coloca, então, diz respeito a que imagem pode ser formada diante de um quadro de tamanha desigualdade de oportunidades entre jovens da elite e aqueles das classes populares. Há, um estigma que, por si só, tem potencial de marginalização preventiva. A situação torna-se ainda mais delicada quando as classes marginalizadas internalizam – sob o efeito do que Bourdieu (apud Nogueira & Nogueira, 2004: 63) denomina “causalidade do provável” – estimativas sobre suas chances objetivas no universo escolar, dimensionando seus investimentos nesse contexto a uma expectativa de insuficiência, de incompletude e de pouca ou nenhuma satisfação de suas necessidades por parte da escola. Não parece ser outra a expectativa dos garotos que sobrevivem do tráfico ou do seu entorno.

Diante desta realidade tem-se percebido historicamente que os investimentos em educação estão sempre aquém das necessidades das escolas e dos sujeitos que vivem na periferia das grandes cidades. Em relação a isso, Fernandes (2005: p. 263) alerta que

[o]s bairros pobres, por sua vez, cheios de recursos humanos e culturais, ativos no trabalho e no consumo, cada vez mais cientes de seus direitos, são contudo carentes de bens públicos e de capital social. Tornam-se, em consequência, mais vulneráveis ao crescimento de domínios armados paralelos. Submetidos a poderes locais que se impõem e se reproduzem pelo uso direto da violência, os bairros pobres transformam-se em palco de ações violentas do Estado.

e, infelizmente, uma saída para essa situação ainda parece longe do alcance, principalmente pela falta de políticas públicas adequadas. Além disso, diante da situação de carência das comunidades, muito do que é veiculado como conhecimento não potencializa a ação social,

muito menos uma ação protagônica da(s) juventude(s) na sociedade. É, dito de outra forma, um conhecimento de questionável relevância social e, por extensão de pouca ou nenhuma validade inclusive no plano pessoal dos sujeitos envolvidos – sejam eles professores, alunos, pais ou outros membros da comunidade.

Isso permite levantar uma questão quanto a que tipo de políticas públicas podem, ao mesmo tempo, ampliar o acesso aos bens culturais, reduzir a vulnerabilidade social e, ainda assim, respeitar as marcas identitárias dos diferentes grupos sociais, raciais e étnicos do país. Se o desafio é complexo, a solução não o é menos, inclusive pela incipiente discussão, no seio da sociedade, sobre políticas afirmativas e ações que sejam capazes de estancar os mecanismos de reprodução das desigualdades – dentre os quais, a escola ocupa espaço de destaque – ou até mesmo fazê-los recuar.

POLÍTICAS POR IDENTIDADES, AÇÕES AFIRMATIVAS E CIDADANIA

Apesar da incipiência da discussão, Castro (2004: p. 277-8) argumenta que, tanto nos movimentos por direitos humanos, como naqueles por políticas de ações afirmativas e identidades, já há reconhecimento de que:

As desigualdades sociais se multiplicam e certos sistemas político-culturais, além de se entrelaçar à organização da economia política em classes sociais, também colaboram para discriminações, que se traduzem em materializações negativas para alguns, ou seja, mesmo entre os excluídos socialmente por força das relações capital e trabalho, há alguns que sofrem outras exclusões que contribuem para a negatividade maior de seu ser e estar no mundo” (p. 277).

Além disso, essa autora acrescenta que

O debate sobre cidadania e ação afirmativa vem lembrar que, além da economia, são vários os sistemas de discriminações e de explorações a pedir intervenção do Estado, se este se desenha como de bem-estar social, e aponta também para o fato de que os diversos sistemas identitários têm singularidades político-culturais, linguagens, inclusive de rebelião, que pedem formatações próprias” (p. 278)

e que inclusive já ajudam a delinear projetos de resistência cultural e social.

Em que pese os avanços que se possa resgatar, Castro (2004: p. 292) também sustenta que “são muitos os complicadores para a elaboração de políticas públicas que sejam a um tempo”: a) Políticas de juventudes, concebendo jovens como atores com identidades próprias, b) Políticas para juventudes, reiterando a noção de responsabilidade de estado; e c)

Políticas com juventudes, operacionalizando participação e empoderamento e permitindo inclusive a participação dos jovens no acompanhamento e formulação de políticas.

AS COTAS NAS COMUNIDADES DO ORKUT

Diante desse cenário complexo, as análises realizadas apontam, sinteticamente, que das quatro comunidades identificadas a partir dos critérios estabelecidos, uma tinha uma posição explicitamente favorável às cotas, mas as outras três eram claramente contrárias à sua adoção. A comunidade favorável contava, à época do levantamento (segundo semestre de 2007), com 373 membros, sendo que as três outras tinham, no total, 1472 membros, sendo 1421 deles concentrados numa única comunidade.

Em termos do debate sobre a questão das cotas nas comunidades, foi possível observar um nível insuficiente de aprofundamento, mas, ao mesmo tempo, enfoques diversos sobre a questão. Nas quatro comunidades, a questão do racismo era de algum modo abordada, embora sob perspectivas muito distintas. O Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza as informações sobre as comunidades encontradas.

Quadro 1 – Comunidades do Orkut com o tema “Cotas na UFRGS” - síntese

Nome	participantes	posição	Argumento
CONTRA AS COTAS NA UFRGS!	1421	contra	Cotas são uma forma de racismo.
COTAS NA UFRGS – VITÓRIA!!!	373	favorável	As cotas podem trazer diversidade à universidade.
NÃO às cotas da UFRGS	8	contra	O sistema de cotas é uma injustiça e uma forma de racismo.
SOU CONTRA AS COTAS DA UFRGS	23	contra	Cotas são uma forma de preconceito.

Como se pode ver, os argumentos das comunidades contrárias às cotas giram em torno do racismo e do preconceito e identificam as cotas com tais práticas. Já na comunidade favorável às cotas, o argumento que vem à tona tem relação com a diversidade que pode ser trazida à universidade pela introdução do sistema de cotas.

Para permitir uma visão um pouco mais detalhada sobre os achados, faremos agora uma breve análise de cada uma das comunidades, agrupando-as em torno da posição assumida.

A primeira comunidade da qual tratarei é a denominada “Contra as COTAS na UFRGS!”, que conta com 1421 membros. O argumento central da comunidade, de que as cotas são racistas, é reiterado em todas suas instâncias, desde a imagem que busca caracterizá-la – um sinal de trânsito indicando proibição, sobreposto à expressão “Cotas Racistas” - até os fóruns e enquetes da comunidade.

Na descrição da comunidade, mais uma vez é reafirmada a posição contrária às cotas, sob o argumento de que elas são uma forma de racismo e de que seria necessário, por conseguinte, reverter, no Conselho Universitário (CONSUN), a decisão que instituiu tal medida. Argumenta-se ainda que tal posição, em que pese não ter sido exitosa no CONSUN, é representativa do que pensa a maioria dos estudantes da instituição.

Ainda na descrição, fica evidente haver um entendimento de que uma eventual tentativa de reversão da medida aprovada pelo CONSUN depende de representação política ao nível institucional, razão que parece justificar o alinhamento (se não uma relação indissociável) com uma das chapas concorrentes ao DCE, não por acaso, a única das concorrentes que tinha como bandeira de luta a derrubada das cotas no UFRGS. Embora não haja muita clareza quanto ao vínculo dos membros da comunidade com a UFRGS, várias participações parecem ser feitas por estudantes do ensino médio e de cursos pré-vestibulares.

A comunidade “Contra as COTAS na UFRGS!” é a maior das quatro analisadas e esta supremacia quantitativa também se traduz no nível de atividade, ou seja, no número de postagens, enquetes e fóruns. Neste particular, as enquetes da comunidade parecem desempenhar um duplo papel: quantificar o posicionamento dos membros diante de algumas questões e funcionar como elementos de articulação da argumentação dos membros e proprietários⁵ da comunidade.

As perguntas feitas na enquetes – a serem respondidas a partir de uma lista limitada de opções – são, de fato, questões retóricas e sua função parece ser a de reforçar argumentos escolhidos pelos proprietários da comunidade. São, sob esta perspectiva, um repetir de

5 No Orkut, as pessoas que propõem a criação das comunidades são denominadas proprietárias da comunidade, assumindo privilégios, deveres e status derivados da posição ocupada.

palavras de ordem, porém sob a forma de perguntas, com um nítido padrão de repetição de respostas. Isso é feito, por exemplo, quando se pergunta se há possibilidade de fraude na autodeclaração de origem étnica. As respostas vêm num uníssono e parecer equalizar a possibilidade com a certeza de isso ocorrerá em larga escala. Uma análise do número de inscrição de cotistas no vestibular 2008 da UFRGS derruba tal suposição.

A comunidade, ao avaliar a opção da UFRGS pelas cotas, escolhe seus “vilões”. Começa pelo governo Lula, taxado de racista pelo apoio a políticas de ação afirmativa, passando pelo Reitor Heinemann e pelo DCE, que são vistos como subservientes à política alegadamente racista do governo federal.

Em relação à comunidade “Contra as COTAS na UFRGS!”, por fim, cabe registrar que o elemento retórico articulador de praticamente todas as questões, participações e postagens parece ser a questão do racismo. Curiosamente, no entanto, a essência dos argumentos supostamente “anti-racistas” parece insensível ao fato de que a diferença racial tem tido, ao longo da história do país, um potencial perverso de conversão em desigualdade social. Há vários exemplos – dentre as postagens – de argumentos que, ao atacarem o suposto caráter racista das cotas, usam elementos que chegam a soar como manifestações de intolerância.

A segunda maior comunidade analisada, “Cotas na UFRGS – Vitória!!!”, embora tenha menos de um terço do número de membros da principal comunidade que se opõe às cotas, tem participações e postagens qualitativamente mais densas.

Essa maior densidade qualitativa das postagens da comunidade talvez seja derivada de sua vinculação com o Grupo de Trabalho (GT) de Ações Afirmativas da UFRGS. Trata-se, portanto, de um espaço de debate bastante qualificado, com a presença de pontos de vista e de posições distintas sobre a questão das cotas. É comum um tema de debate desencadear várias postagens com relativo nível de aprofundamento e também são relativamente comuns postagens com um número razoavelmente mais elevado de caracteres do que habitualmente presente nas mensagens postadas no Orkut.

O principal articulador argumentativo das postagens na comunidade é a questão da diversidade, embora sejam pautadas questões que dizem respeito à natureza e necessidade das políticas de ações afirmativas, aos desdobramentos da implementação das cotas na UFRGS e a questões mais gerais sobre ações afirmativas.

As outras duas comunidades selecionadas para análise ("Não às cotas da UFRGS" e "Sou contra as cotas da UFRGS") são pouco expressivas, tanto ao que se refere ao número de membros, quanto – por extensão – ao seu nível de atividade interna. Vários de seus membros também participam da maior comunidade que se opõe às cotas. Os argumentos básicos destas duas comunidades giram em torno da visão do sistema de cotas como uma forma de injustiça, de preconceito e de racismo. Tais argumentos, no entanto, freqüentemente são desprovidos de fundamentação mais consistente e, por essa mesma razão, não são suficientemente explorados.

ALGUMAS FALAS AUTO-EXPLICATIVAS

Em várias instâncias de participação nas comunidades há exemplos que tipificam as posições assumidas. Há algumas, entretanto, que ajudam a elucidar o raciocínio subjacente a tais posições. Tomemos como exemplo, o seguinte comentário feito numa enquete (é bom lembrar que tais comentários são opcionais e visam explicitar ou ilustrar a resposta – de múltipla escolha – dada), dentro de uma das comunidades que se opõe às cotas.

Em resposta à pergunta: “Você se consideraria negro somente para usufruir das cotas?”, A. – membro da comunidade CONTRA AS COTAS NA UFRGS! – se posiciona da seguinte forma:

Eu axo q o q a pessoa se considera é mais importante!EU SOU NEGRA!
auhuhauhauhauha
Palhaçada isso... Se eu fosse negra eu não ia querer entrar pelas cotas... ia quere
provar pra todo mundo q eu não preciso de tratamento especial! Mas como eu so
branca... to me ralando de estuda! Hahahha

O comentário evidencia o argumento de que as cotas funcionariam como um tratamento diferencial desnecessário e de que apenas questões de mérito deveriam ser aplicadas. Ao mesmo tempo, polariza a discussão entre direitos concedidos diferentemente a brancos e negros e permite uma interpretação (ainda que no limite) de que só recorre às cotas aquele que não estuda ou se prepara e que, enquanto brancos têm que estudar, negros não precisariam disso. Esse tipo de argumento - que procura tornar incômoda a correção de distorções históricas – não é, ao nosso ver, substantivamente diferente daquele que postula uma supremacia branca.

Neste particular, uma outra enquete, desta feita questionando sobre qual seria o pior argumento a favor das cotas raciais, reuniu duas opiniões de que o pior argumento seria que as cotas contribuiriam para compensar a discriminação. O teor dos comentários (*ipsis literis*) é o seguinte:

COM CERTEZA AS COTAS VÃO AUMENTAR A DISCRIMINAÇÃO! Eu vo fika com um baita ódio de algum negro q tira a minha vaga! aauhahh
(A. - CONTRA AS COTAS NA UFRGS!)

agente devia organizar alguma coisa, contra essa palhaçada!
(R.D. - CONTRA AS COTAS NA UFRGS!)

Embora talvez não haja motivo para alarmismo, parece evidente que ambos os comentários revelam um certo teor de intolerância e de argumentos que – pelo menos em instâncias formais – vêm à tona com pouca freqüência. De qualquer forma, independentemente de não acreditarmos que expressem, de fato, uma ameaça à integridade física de eventuais futuros cotistas, há uma clara antevisão de uma violência simbólica que poderá estar presente na universidade, especialmente em contextos nos quais a oposição às cotas foi ou tem sido mais evidente. Importa, portanto, construir condições de monitoramento da implementação das cotas, inclusive no que diz respeito a uma plena compreensão do sentido político da medida e de seus desdobramentos institucionais.

Além destas 'falas' mais informais e desarticuladas há, também, de outro lado, exemplos de contribuições razoavelmente articuladas e fundamentadas, como essa resposta a uma postagem normal à comunidade, questionando se haveria racismo na idéia de cotas:

“Racismo? Da parte de quem?”

Conceito de igualdade e cotas

O princípio das cotas busca justamente não cometer o erro da igualdade formal, buscando tratar "os iguais igualmente e os desiguais desigualmente", criando mecanismos de inserção de grupos sociais em espaços públicos, dos quais estiveram excluídos em decorrência de contextos sócio-históricos de cada sociedade. Assim, as cotas não partem do princípio de uma menor "capacidade intelectual inata" dos futuros cotistas, mas da compreensão de que estes são oriundos de contextos sociais extremamente desiguais que os privam de espaços públicos de tomada de decisão e de extrema importância no processo de construção de uma sociedade justa e democrática, como é o caso da universidade. Por essa razão, não entendo as cotas como racistas. Abraços, L.

(L. - COTAS NA UFRGS - VITÓRIA!!)

A postagem referida acima torna claro também, que, para além das posições menos centradas, há também no espaço das comunidades do Orkut possibilidades de ampliar qualitativamente o debate, inserindo discussões que permitam inclusive tematizar questões sérias como o racismo ou a desigualdade social do país.

CONCLUSÕES

Acreditamos, a partir de uma análise empírica, ter apontado que questões complexas que afetam a vida institucional também podem ser debatidas a partir de espaços não necessariamente institucionais, mas nem por isso, mercedores de menor intenção.

Assim, dada a própria complexidade da questão, foi possível observar que distintas posições sobre o assunto, freqüentemente se mostravam organizadas em termo de dois pólos básicos: apoio ou não à medida. Tanto os argumentos favoráveis, quanto os contrários, apesar de suas diferenças substantivas, implicam discutir reconhecimento e distribuição. Infelizmente, no entanto, a discussão mantida se mostrou – com relativa freqüência - mais emocionalizada do que o bom senso recomendaria.

Buscando sintetizar as observações feitas sobre as quatro comunidades observadas, há algumas questões que se salientam. Em primeiro lugar, as comunidades contrárias às cotas parecem fazer um uso mais consistente das enquetes e fóruns, especialmente como um recurso argumentativo, ou seja, do uso de questões retóricas que permitem visualizar não uma pergunta – no sentido estrito da palavra – mas uma assertiva escamoteada na estrutura da pergunta.

O argumento de que a autodeclaração permite fraude é usado para implicar que ela não deixa outra opção a não ser a fraude. Como já mencionado anteriormente, tal argumento é falho não apenas em sua premissa, mas, de modo mais cabal, pela própria constatação de o reduzido número de inscrições de cotistas (seja em termos relativos ou absolutos) ao vestibular 2008 da UFRGS permite uma leitura de que o quadro do acesso da negros à universidade pode ser ainda mais drástico do que se imaginava.

Um terceiro aspecto a observar é que a argumentação contrária às cotas postula que o importante seria o mérito e que as cotas desconsiderariam tal importância. Além da evidente

fragilidade do argumento, dada a existência de níveis limiares para a aceitação de candidatos⁶, há ainda que considerar que isso implica aceitar o vestibular, tal como configurado, com um parâmetro adequado à avaliação do mérito da formação de um candidato e de sua importância para o prosseguimento de estudos num nível universitário. A questão, no entanto, é um tanto mais complexa e controversa, em que pese a relativa estabilidade do modelo de vestibular cujo foco é a seletividade (por exclusão) através da aferição do conhecimento enciclopédico de conteúdos, cuja validade para o prosseguimento dos estudos pode ser questionada, especialmente se levados em conta, por exemplo, os índices de reprovação em disciplinas básicas nas áreas de saúde e nas engenharias, cujas médias de ingresso são razoavelmente elevadas.

Um outro aspecto, já delineado anteriormente, diz respeito ao fato de que enquanto as participações e contribuições nas comunidades que se posicionam contra cotas são notoriamente mais expressivas no que se refere à dimensão quantitativa, a participação na comunidade que apóia as cotas é qualitativamente mais densa.

Importa ressaltar que embora o estudo aqui reportado seja um piloto sem pretensões de generalização, fica evidente um descompasso entre o processo decisório formal institucional e as discussões que se desenvolvem em âmbitos mais informais. Isso pode evidenciar, de um lado, um nível de maturidade e de articulação política dos movimentos que postulam a correção de distorções e desigualdades sociais e que defendem, conseqüentemente, ações afirmativas. Há que se ponderar, por outro lado, a necessidade de manter vivas as condições para a continuidade do debate, especialmente se assumirmos a idéia de que um dos grandes méritos da discussão sobre ações afirmativas é expor a necessidade do enfrentamento das desigualdades referidas anteriormente.

Isso implica, por extensão, compreender a complexidade da questão e, para além da fundamental participação no debate político e institucional, investigar as estruturas profundas (ou menos visíveis) de sustentação do “racismo cordial” brasileiro, inclusive no que se refere aos seus desdobramentos e articulações no plano da linguagem e da ação social.

6 Nesse sentido, o resultado do Concurso Vestibular 2008 indicou 14 cursos nos quais não houve o preenchimento das vagas destinadas às cotas raciais, dentre os quais, alguns dos tradicionalmente mais concorridos (Medicina, Direito, entre outros). Isso ratifica, no meu entender, a necessidade de se pensar, em conjunto como medidas socialmente mais justas, sobre os próprios mecanismos de seleção adotados no vestibular.

Para finalizar, portanto, o desafio de refletir sobre e construir políticas **de, para** e **com** juventudes impõe um conjunto complexo, mas inescapável de questões que reiteram a necessidade de pensarmos a juventude ou as juventudes brasileiras a partir de suas necessidades – sobretudo educativas – para uma existência socialmente digna. Por enquanto, contudo, talvez seja prudente lembrar que só é possível pensar em igualdade de fato se tratarmos igualmente a igualdade, tanto quanto devemos lidar diferentemente diante da diferença.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-301.

FERNANDES, R. C. Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 260-274.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. LANDER, E. (Org.). Buenos Aires: FLACSO, 2005. p.21-53. (Colección Sur Sur).

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. – (Coleção para um novo senso comum; v.4).

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

HAMILTON DE GOLDOY WIELEWICK

Doutorando do PPGEDU- UFRGS – (Linha: Universidade – Teoria e Prática), professor da UFSM, bolsista CAPES-PCIDT. Membro do GEU –Ipesq.
E-mail: hgw@smail.ufsm.br

MARLIZE RUBIN OLIVEIRA

Doutoranda do PPGEDU- UFRGS – (Linha: Universidade – Teoria e Prática), professora da UTFPR, bolsista CAPES-PCIDTec. Membro do GEU –Ipesq.
E-mail: Rubin@utfpr.edu.br

Recebido em: 09/06/2008
Publicado em: 02/07/2008